

**COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO,
VIOLÊNCIA E NARCOTRÁFICO**

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2002

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO.....	3
2. A SEGURANÇA PÚBLICA NA AGENDA DO PAÍS	5
3. PROJETOS QUE TIVERAM DESTAQUE NA COMISSÃO.....	8
4. AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REALIZADAS.....	11
5. GRUPOS DE TRABALHO.....	14
6. ATIVIDADES DO GRUPO DE TRABALHO PARA ALTERAÇÃO DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (LEI Nº 8.069/90)	16
7. SEMINÁRIO REALIZADO PELO GRUPO DE TRABALHO DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO	18
8. ANEXOS	20
8.1. RESOLUÇÃO DE CRIAÇÃO DA COMISSÃO	21
8.2. COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO	23
8.3. ALTERAÇÕES OCORRIDAS NA COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO	24
8.4. DEMONSTRATIVO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	25
8.5. AGENDA DE REUNIÕES.....	26
8.6. QUADRO DE TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES.....	29
8.7. CONTROLE DE REQUERIMENTOS.....	50
8.8. QUADRO DE RELATORIA (CLASSIFICADO POR DEPUTADO)	55
8.9. EQUIPE TÉCNICA	64
8.10. CONTATOS	65

1. APRESENTAÇÃO

Criada em 20 de fevereiro de 2002, a Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, Violência e Narcotráfico foi instalada em 6 de março, quando fomos eleitos por nossos pares para presidi-la por um ano.

Nesses meses, grande foi o esforço na organização da Comissão e da agenda de trabalho, que exigiu contatos e negociações freqüentes com os diversos setores e lideranças da Câmara dos Deputados para o recrutamento de uma equipe experimentada e dos recursos materiais necessários a seu funcionamento.

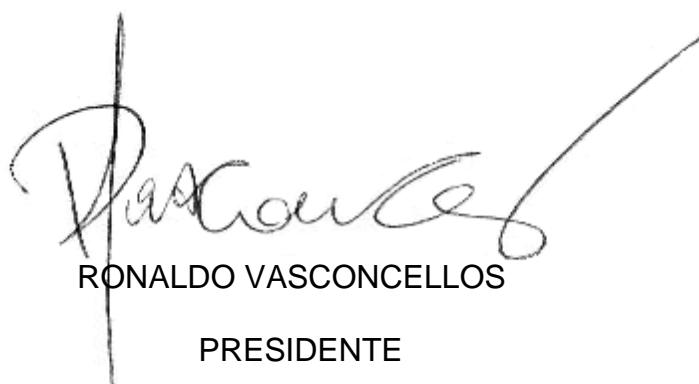
De início, definimos uma estratégia de trabalho para conferir celeridade ao processo de consolidação da Comissão, baseada em três pontos capitais: 1) deixar que projetos de lei já em tramitação na Câmara seguissem seu curso, evitando chamá-los à consideração da Comissão para não protelar o seu andamento; 2) esforçar-se nas novas proposições, operando com agilidade na designação de relatores e no encaminhamento das votações das matérias com a rapidez permitida pelo regimento; e 3) garantir a manifestação e contribuição de todos os interessados na solução dos problemas.

Com esta estratégia, conseguimos que a reflexão sobre as questões de segurança pública avançasse com agilidade, incorporando propostas modernas e atualizadas em termos de resolução de alguns problemas arrolados. A Comissão também alcançou um nível de operosidade incomum para o primeiro ano de atividades.

O funcionamento da Comissão foi marcado pela atipicidade própria de um órgão estreante em ano eleitoral, cujo período de campanha se estendeu de julho ao final de outubro. Ainda assim, mercê da dedicação e entusiasmo de seus participantes, a Comissão logrou realizar 20 reuniões, o que significa que conseguiu aproveitar quase todas as datas disponíveis para realização de suas atividades.

Nas páginas a seguir, o leitor terá um quadro amplo das principais iniciativas desenvolvidas ao longo do ano pela Comissão, desde o ato da criação até a normalização das rotinas operacionais, de sorte que a segurança pública venha se tornar um dos pilares do conceito de cidadania, ao lado do direito à liberdade política e religiosa, à saúde, ao trabalho e à educação, sem o gozo dos quais nenhum brasileiro pode-se considerar um cidadão na plenitude do termo.

Acreditamos que no ano de 2002 muito se avançou na consecução deste ideal e que o trabalho das novas legislaturas serão extremamente facilitados pelo que se alcançou neste primeiro ano de atividades.



RONALDO VASCONCELLOS
PRESIDENTE

2. A SEGURANÇA PÚBLICA NA AGENDA DO PAÍS

Outro trabalho importante realizado pela presidência da Comissão foi a institucionalização do tema Segurança Pública, inscrevendo-o na agenda do poder público. A primeira iniciativa foi a consolidação deste órgão como canal de conexão entre a Câmara dos Deputados e os segmentos da sociedade preocupados com a questão da segurança pública, do combate ao crime organizado, da violência e do narcotráfico.

Neste sentido, a presidência da Comissão recebeu em audiência várias representações de setores da sociedade. A delegação de parlamentares da Assembléia Legislativa de Minas Gerais trouxe ao Congresso Nacional sua contribuição para se conceber o chamado “Sistema de Defesa Social” e a delegação do Conselho Nacional dos Comandantes Gerais das Polícias e Bombeiros Militares do Brasil, composta por mais de 30 oficiais superiores dessas corporações, manifestou preocupação com as propostas de unificação das polícias.

Dada a relevância dos assuntos, o deputado Ronaldo Vasconcellos conseguiu espaços nas agendas dos Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, para que as delegações pudessem ponderar suas posições.

Um segundo passo, de grande importância, foi a apresentação e posterior aprovação da emenda ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que incluiu o fortalecimento da segurança em estados e municípios entre as seis prioridades a serem observadas na feitura do novo Orçamento

Geral da União. O projeto de LDO encaminhado pelo Governo tinha apenas quatro objetivos priorizados: consolidar a estabilidade econômica, garantir crescimento com desenvolvimento social, combater a pobreza por meio da inserção social e consolidar a democracia e a defesa dos direitos humanos.

O fato de a primazia para os investimentos em segurança pública estar explicitada no texto da LDO altera a elaboração do orçamento, pois mesmo que a proposta do Governo não amplie os recursos destinados a ela, a priorização estimula todas as bancadas estaduais a proporem emendas alocando recursos para tais investimentos.

Ato contínuo, a Comissão de Segurança Pública apresentou cinco emendas ao Orçamento Geral da União, no total de 620 milhões de reais. A primeira emenda propôs a destinação de 100 milhões de reais para o Fundo Nacional de Segurança Pública aplicar no reaparelhamento das polícias estaduais e guardas municipais, e a segunda, outros 150 milhões de reais, para a aquisição de equipamentos para os sistemas operacionais necessários à intensificação do policiamento ostensivo em áreas críticas em termos de segurança.

Na terceira emenda, destinaram-se 70 milhões de reais com o objetivo de se construir, em cada estado, unidade modelo para internação e reeducação de menores infratores, a fim de encerrar a triste tradição de violência e ineficiência das Fundações Estaduais do Bem-Estar do Menor (FEBEM).

A quarta emenda propôs 200 milhões de reais para a construção de novas unidades prisionais, visando à ampliação do sistema penitenciário, e a quinta emenda contemplou com 100 milhões de reais a Polícia Federal para

capacitá-la a enfrentar com mais eficácia questões cruciais como o policiamento de fronteiras, o tráfico de drogas e de armas, e de crimes financeiros a eles associados.

Um terceiro movimento foi o convite aos pré-candidatos à Presidência da República para que apresentassem idéias e propostas para a questão da segurança pública e combate à violência, colocando o tema na agenda do debate eleitoral.

3. PROJETOS QUE TIVERAM DESTAQUE NA COMISSÃO

A estratégia de deixar que projetos de lei já em tramitação na Câmara seguissem seu curso, evitando submetê-los à consideração da Comissão para não atrasar a apreciação e de concentrar esforço nas novas proposições, sendo rápido na designação de relatores e no encaminhamento da votação das matérias, provou-se acertada: ao longo do ano foram apreciados 122 novos projetos.

Alguns destes projetos, seja por seu conteúdo polêmico, seja pelo ineditismo da matéria, mereceram maior atenção da mídia e da opinião pública e estão listados a seguir. A relação completa dos projetos apreciados está na seção de anexos.

Crimes na Área de Informática

1. PROJETO DE LEI Nº 84-B/99, do Dep. Luiz Piauhylino, que "Dispõe sobre os crimes cometidos na área de informática, suas penalidades e dá outras providências." (Apensados: PL 2.557/00, PL 2.558/00 e PL 3.796/00)

Repressão ao Tráfico de Drogas

2. PROJETO DE LEI Nº 6.108/02, do Poder Executivo, (MSC 109/2002) - que "Altera a Lei nº 10.409, de 11 de janeiro de 2002, que dispõe sobre a prevenção, o tratamento, a fiscalização, o controle e a repressão à produção, ao uso e ao tráfico ilícito de produtos, substâncias ou drogas ilícitas que causem dependência física ou psíquica, assim elencados pelo Ministério da Saúde, e dá outras providências."

Criança e Adolescente

3. RELATÓRIO Nº 1/02, ANTEPROJETO DE LEI, do Grupo de Trabalho criado para apresentar propostas de alterações do Estatuto da Criança e do Adolescente, que "Altera dispositivos da Lei nº 8.069, de 13 julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente". (Requerimento nº 20/02)

Segurança Pública

4. PROJETO DE LEI Nº 6.390/02, do Senado Federal, que "Altera os arts. 126, 129 e 130 da Lei nº 7210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal - para permitir a remição de pena por meio do estudo." (Apensados: PL 37/99 (Apensados: PL 1036/99, PL 1882/99, PL 2502/00, PL 3159/00, PL 4291/01, PL 4102/01, PL 4704/01, PL 5002/01, PL 5073/01 e PL 5075/01) e PL 1226/99)

5. PROJETO DE LEI Nº 5.038/01, do Dep. Glycon Terra Pinto, que "Altera o art. 37, do Decreto-Lei 3688, de 03 de outubro de 1941 - Lei das Contravenções Penais." (Apensados: PL 5925/2001 e PL 6364/2002)

6. PROJETO DE LEI Nº 6.598/02, do Dep. Eni Voltolini, que "Dispõe sobre o destino de valores e bens apreendidos em face da prática de conduta criminal."

7. PROJETO DE LEI Nº 5.352/01, do Dep. José Carlos Coutinho, que "Normatiza o art. 243, e seu parágrafo único das Disposições Gerais da Constituição Federal."

8. PROJETO DE LEI Nº 6.684/02, do Dep. Jairo Carneiro, que "Amplia o rol de profissionais que podem dirigir estabelecimento penitenciário."

9. PROJETO DE LEI Nº 7.042/02, do Dep. Bispo Wanderval, que "Institui o Sistema Nacional sobre Pessoas Desaparecidas, altera a Lei nº 4.898, de 9 de dezembro de 1965, e dá outras providências."

10. PROJETO DE LEI Nº 5.011-A/01, do Dep. José Carlos Coutinho, que "Proíbe o transporte de presos condenados ou à disposição da Justiça em transportes coletivos."

4. AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REALIZADAS

As audiências públicas são consideradas recursos extremamente eficazes para instruir a apreciação dos projetos de lei, porquanto possibilitam a participação, de forma bastante desburocratizada, de representantes da sociedade civil, enriquecendo sobremaneira os debates acerca das matérias ali discutidas.

Em 2002 a Comissão de Segurança Pública, mesmo com a agenda pressionada pelas atividades de instalação e pela campanha eleitoral, conseguiu realizar cinco audiências públicas. Dentre estas, tiveram grande acolhida e repercussão junto à opinião pública as audiências públicas para discussão da necessidade de modernização do Estatuto da Criança e do Adolescente e para a exposição dos planos do Governo Federal para a Segurança Pública pelo então Ministro da Justiça, Miguel Reale Júnior.

Discussão sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e a sua Aplicação no Contexto do Atual Perfil da Sociedade Brasileira.

Convidados:

- Dr. Guaraci de Campos Vianna, Juiz da 2^a Vara da Infância e da Juventude da Comarca da Capital - Rio de Janeiro/RJ;
- Dr. Tarcísio José Martins Costa, Juiz da Vara da Infância e da Juventude de Belo Horizonte/MG;
- Dr. Cláudio Augusto Vieira da Silva, Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA);

- Coronel PM Severo Augusto da Silva Neto, Chefe do Estado Maior da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais;
- Sr^a Jussara de Goiás, Assessora do Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC) e Coordenadora Nacional do Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua.

Os Planos do Governo para a Segurança Pública

Convidados:

- Dr. Miguel Reale Junior, Ministro de Estado da Justiça;
- Dr. Cláudio Tucci, Secretário Nacional de Segurança Pública;
- Dr. João Benedicto de Azevedo Marques, Secretário Nacional de Justiça.

Sistema Americano de Combate às Drogas e Prevenção da Criminalidade.

Convidado:

- Dr. Joaquim Adão César, Encarregado de Investigação da 14^a delegacia de Boston/EUA.

Pobreza e Violência no Município de São Paulo

Convidado:

- Márcio Pochmann - Secretário de Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade do Município de São Paulo.

Discussão do Projeto de Lei nº 6.413/02, de autoria do Deputado Alberto Fraga, que “Determina que as lotéricas e agências dos Correios sejam atendidas por serviços de transporte de valores”.

Convidados:

- Luiz Edson Feltrim – Banco Central do Brasil;
- Luiz Francisco Monteiro de Barros Neto – Caixa Econômica Federal;
- Roger Benac – Federação Brasileira das Empresas Lotéricas (FEBRALOT);
- Aldemar Benvindo Mascarenhas – Federação Nacional dos Empresários Lotéricos (FENAL);
- Hélcio Almeida Sá Freire de Abreu – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT).

5. GRUPOS DE TRABALHO

A Comissão aprovou também quatro requerimentos para a instituição de grupos de trabalhos temáticos, uma forma mais expedita de ampliar a atuação em diversas áreas:

Grupo de trabalho voltado para ações preventivas de segurança pública

Autor do Requerimento: Deputado Wellington Dias

Data de aprovação: 20/03/02

Coordenador: Deputado Wellington Dias

Grupo de trabalho de Combate à Violência Doméstica

Autora do Requerimento: Deputada Nair Xavier Lobo

Data de aprovação: 03/04/02

Coordenadora: Deputada Nair Xavier Lobo

Grupo de trabalho para alteração do Estatuto da Criança e do Adolescente

Autora do Requerimento: Deputada Laura Carneiro

Data de aprovação: 24/04/02

Coordenadores: Deputados Ronaldo Vasconcellos, Laura Carneiro e Wellington Dias

Grupo de trabalho de Combate ao Crime Organizado.

Autor do Requerimento: Deputado Moroni Torgan

Data de aprovação: 06/11/02

Coordenadores: Deputados Moroni Torgan e Wanderley Martins

6. ATIVIDADES DO GRUPO DE TRABALHO PARA ALTERAÇÃO DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (LEI Nº 8.069/90)

A Comissão de Segurança Pública realizou, no dia 24/04/02, audiência pública para debater o "Estatuto da Criança e do Adolescente e sua aplicação no contexto do atual perfil da sociedade brasileira", ocasião em que foram apresentadas diversas sugestões de alteração à norma. Desta maneira, ao término da audiência, este colegiado decidiu criar um Grupo de Trabalho com o intuito de elaborar um projeto de lei que desse maior eficácia ao cumprimento dos preceitos estabelecidos pela Lei nº 8.069/90. Participaram do Grupo os Deputados Ronaldo Vasconcellos, Laura Carneiro e Wellington Dias.

Ao início dos trabalhos, foram solicitadas sugestões aos Juízes da Infância e da Adolescência dos Estados, à Associação Brasileira de Magistrados e Promotores de Justiça da Infância e Juventude, aos Conselhos Nacional e Estaduais dos Direitos da Criança e Adolescente e aos Comandantes das Polícias Militares dos Estados, a fim de ampliar o debate e consolidar propostas convergentes, visando a participação efetiva das autoridades ligadas ao assunto.

Após receber diversas propostas e realizar sete encontros, com a participação da Consultoria da Casa, o Grupo de Trabalho apresentou na reunião da Comissão do dia 26/06/02 o anteprojeto de lei para alterar o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). No entanto, a apreciação só foi

concluída em 6 de novembro, devido ao amplo debate que a matéria exigia e ao período de campanha eleitoral ocorrido no segundo semestre de 2002.

Portanto, as modificações sugeridas pelo Grupo de Trabalho e aprovadas pela Comissão visam ao aperfeiçoamento do Estatuto da Criança e do Adolescente, como uma das contribuições que este Órgão Técnico poderá, certamente, prestar à Nação brasileira como mecanismo de combate à violência.

7. SEMINÁRIO REALIZADO PELO GRUPO DE TRABALHO DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

A idéia de que a integração de instituições é a única forma de combater com eficácia o crime organizado foi a nota dominante do Seminário sobre esse tema. Realizado pelo Grupo de Trabalho da Comissão, no período de 3 e 4 de dezembro, no Espaço Cultural da Câmara dos Deputados, o evento contou com a presença do Ministro da Justiça, de vários parlamentares e de autoridades. Segundo o Coordenador do Seminário, Deputado Moroni Torgan, seria necessário que a integração entre as diferentes instituições públicas ocorresse todos os dias, em todos os estados, tal como a obtida pela CPI do Narcotráfico, com o apoio do Ministério Público e do Judiciário.

O Seminário trouxe também dados importantes. O Ministro da Justiça, Paulo de Tarso Ramos Ribeiro, afirmou que a “gestão da oferta de justiça”, no Brasil, é extremamente deficitária e inócuas, porque não alcança a maioria dos criminosos em tempo hábil para inibir a prática do crime e convencer a maioria da população de que o crime não compensa.

Os dados do Ministro mostraram, por exemplo, que o Brasil tem uma média de 53 homicídios por 100 mil habitantes por ano, mas que a média de encarceramento mal chega a 11 homicidas por 100 mil habitantes por ano. Ele disse também que os principais tribunais de justiça do País tem mais de 100 mil mandados de prisão a serem cumpridos, o que dá a medida de impunidade que campeia no País.

Ele confirmou que a integração dos planos federal, estadual e municipal é uma das metas do Plano Nacional de Segurança Pública desde 2000, quando o Governo Federal reconheceu que a questão de segurança não era apenas um problema de estados e municípios.

Disse também que, em busca dessa integração de ações e de métodos operacionais, o Governo tem exigido dos estados e municípios uma espécie de “contrato de gestão”, que condiciona o repasse de recursos a uma contrapartida de metas de eficiência a serem cumpridas em termos de segurança pública.

A Diretora de Fiscalização do Banco Central Tereza Grossi afirmou que, em razão do número reduzido de funcionários especializados em detectar crimes financeiros e cambiais, o Banco Central estabeleceu parcerias com as instituições financeiras privadas, a fim de que elas instalassem mecanismos e procedimentos de monitoramento e comprovação de operações financeiras suspeitas.

Ela declarou que esta integração tem crescido e que já é visível o aumento do número de estabelecimentos financeiros capazes de identificar de forma segura as operações suspeitas, reduzindo em muito o trabalho de fiscalização do Banco Central.

8. ANEXOS

RESOLUÇÃO DE CRIAÇÃO DA COMISSÃO

COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO

DEMONSTRATIVO DE ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

AGENDA DE REUNIÕES

QUADRO DE TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

QUADRO DE REQUERIMENTOS

QUADRO DE RELATORIA (CLASSIFICADO POR DEPUTADO)

8.1. RESOLUÇÃO DE CRIAÇÃO DA COMISSÃO

Resolução nº 27, de 2002

Câmara dos Deputados

Cria a Comissão Permanente de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, Violência e Narcotráfico.

Faço saber que a Câmara dos Deputados aprovou e eu promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º. É criada a Comissão Permanente de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, Violência e Narcotráfico.

Art. 2º. O § 2º do art. 26 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados passa a vigorar com a seguinte redação:

" Art. 26.

§ 2º Nenhum Deputado poderá fazer parte, como membro titular, de mais de uma Comissão Permanente, ressalvadas as Comissões da Amazônia e de Desenvolvimento Regional, de Direitos Humanos, de Legislação Participativa e de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, Violência e Narcotráfico.
"(NR)

Art. 3º. O art. 32 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados passa a vigorar acrescido do seguinte inciso XVIII:

" **Art. 32.** XVIII – Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, Violência e Narcotráfico:

a) assuntos atinentes à prevenção, fiscalização e combate ao uso de drogas e ao tráfico ilícito de entorpecentes ou atividades conexas;

b) combate ao contrabando, crime organizado, seqüestro, lavagem de dinheiro, violência rural e urbana;

c) controle e comercialização de armas, proteção a testemunhas e vítimas de crime, e suas famílias;

- d) matérias sobre segurança pública interna e seus órgãos institucionais;
- e) recebimento, avaliação e investigação de denúncias relativas ao crime organizado, narcotráfico, violência rural e urbana e quaisquer situações conexas que afetem a segurança pública;
- f) sistema penitenciário, legislação penal e processual penal, do ponto de vista da segurança pública;
- g) políticas de segurança pública e seus órgãos institucionais;
- h) fiscalização e acompanhamento de programas e políticas governamentais de segurança pública;
- i) colaboração com entidades não governamentais que atuem nas matérias elencadas nas alíneas deste inciso, bem como realização de pesquisas, estudos e conferências sobre as matérias de sua competência. " (NR)

Art. 4º. Ficam revogadas: I – a alínea I do inciso XI do art. 32; II – a expressão "segurança pública e seus órgãos institucionais", constante da alínea f do inciso XI do art. 32.

Art. 5º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, 20 de fevereiro de 2002.

AÉCIO NEVES
Presidente.

8.2. COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO

PRESIDENTE:	Deputado RONALDO VASCONCELLOS – PL/MG
1º VICE-PRESIDENTE:	Deputado MAGNO MALTA – PL/ES
2º VICE-PRESIDENTE:	Deputado MARCONDES GADELHA – PFL/PB
3º VICE-PRESIDENTE:	Deputada NAIR XAVIER LOBO – PMDB/GO

TITULARES

ABELARDO LUPION (PR)
LAURA CARNEIRO (RJ)
MARCONDES GADELHA (PB)
MORONI TORGAN (CE)
RONALDO CAIADO (GO)

FÁTIMA PELAES (AP)
LINO ROSSI (MT)
VICENTE ARRUDA (CE)
ZULAIÊ COBRA (SP)
1 vaga

ALBERTO FRAGA (DF)
CABO JÚLIO (PST/MG)
ELCIONE BARBALHO (PA)
NAIR XAVIER LOBO (GO)

MARIA DO CARMO LARA (MG)
NELSON PELLEGRINO (BA)
WELLINGTON DIAS (PI)

EDMAR MOREIRA (MG)
MAGNO MALTA (PL/ES)

EDIR OLIVEIRA (RS)
MÚCIO SÁ (RN)

JOSÉ ROBERTO BATOCCHIO (SP)
RUBENS BUENO (PR)

RONALDO VASCONCELLOS (MG)

WANDERLEY MARTINS (RJ)

SUPLENTES

PFL

LUCIANO PIZZATTO (PR)
LUIS BARBOSA (RR)
PAULO OCTÁVIO (DF)
REGINALDO GERMANO (BA)
ROBSON TUMA (SP)

PSDB

CANDINHO MATOS (RJ)
FEU ROSA (ES)
JOSÉ TELES (SE)
LUIZ RIBEIRO (RJ)
ZENALDO COUTINHO (PA)

PMDB

ALBÉRICO FILHO (MA)
OLAVO CALHEIROS (AL)
2 vagas

PT

ALOIZIO MERCADANTE (SP)
MARCOS ROLIM (RS)
TELMA DE SOUZA (SP)

PPB

LUISINHO (RJ)
PEDRO PEDROSSIAN (MS)

PTB

ARNALDO FARIA DE SÁ (SP)
LUIZ ANTONIO FLEURY (SP)

Bloco PDT,PPS

POMPEO DE MATTOS (RS)
REGIS CAVALCANTE (AL)

Bloco PL,PSL

PAULO JOSÉ GOUVÉA (RS)

Bloco PSB, PcdB

1 vaga

8.3. ALTERAÇÕES OCORRIDAS NA COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO

DEPUTADOS	PARTIDO	ENTRADA	SAÍDA
------------------	----------------	----------------	--------------

TITULARES

ALBERTO FRAGA	PMDB	06/03/02	05/04/02
ELIAS MURAD	PSDB	06/03/02	08/03/02
LUIZ PIAUHYLINO	PSDB	18/03/02	
ROBERTO JOHN	PT	11/12/02	
TADEU FILIPPELLI	PMDB	11/04/02	
WELLINGTON DIAS	PT	06/03/02	29/11/02

SUPLENTES

CANDINHO MATTOS	PSDB	06/03/02	04/04/02
EURÍPEDES MIRANDA	PDT	11/03/02	
JANDIRA FEGHALI	PcdoB	19/03/02	
POMPEO DE MATTOS	PDT	06/03/02	11/03/02

8.4. DEMONSTRATIVO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

REUNIÕES	
INSTALAÇÃO E ELEIÇÃO DE PRESIDENTE E VICE-PRESIDENTES	1
DELIBERATIVAS	13
AUDIÊNCIA PÚBLICA E DELIBERATIVA	3
AUDIÊNCIAS PÚBLICAS	2
DEBATES	1
PROJETOS	
RECEBIDOS	122
APROVADOS	27
REJEITADOS	5
PREJUDICADOS	1
DEVOLVIDOS À MESA	1
PENDENTES DE APRECIAÇÃO	88
REQUERIMENTOS	
APRESENTADOS	23
APRECIADOS	21
PENDENTES DE APRECIAÇÃO	2
EXPEDIENTES	
RECEBIDOS	192
EXPEDIDOS*	304

* Ofícios da Presidência e da Secretaria

8.5. AGENDA DE REUNIÕES

Relação de reuniões realizadas por esta Comissão no período de 06/03/2002 a 15/12/2002, Plenário 6 - Anexo II.

1ª Reunião - Dia 06/03/2002

Reunião de Instalação da Comissão e Eleição do Presidente e dos Vice-Presidentes

2ª Reunião - Dia 13/03/2002

Início dos trabalhos da Comissão com a presença do Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Aécio Neves.

3ª Reunião - Dia 20/03/2002

Apreciação de proposições

4ª Reunião - Dia 03/04/2002

Apreciação de proposições

5ª Reunião - Dia 10/04/2002

Apreciação de proposições

6ª Reunião - Dia 17/04/2002

Apreciação de proposições

7ª Reunião - Dia 24/04/2002

Audiência Pública - Discussão sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e a sua Aplicação no Contexto do Atual Perfil da Sociedade Brasileira.

8ª Reunião - Dia 08/05/2002

Apreciação de proposições

9ª Reunião - Dia 15/05/2002

Apreciação de proposições

10ª Reunião - Dia 22/05/2002

Audiência Pública - Os planos do Governo para a Segurança Pública

11ª Reunião - Dia 05/06/2002

Apreciação de proposições

12ª Reunião - Dia 12/06/2002

Apreciação de proposições

13ª Reunião - Dia 19/06/2002

Audiência Pública - Sistema Americano de Combate às Drogas e
Prevenção da Criminalidade.

Apreciação de proposições

14ª Reunião - Dia 26/06/2002

Apreciação de proposições

15ª Reunião - Dia 07/08/2002

Audiência Pública - Pobreza e Violência no Município de São Paulo
Apreciação de proposições

16ª Reunião - Dia 06/11/2002

Apreciação de proposições

17ª Reunião - Dia 13/11/2002

Apreciação de proposições

18ª Reunião - Dia 20/11/2002

Apreciação de proposições

19ª Reunião - Dia 27/11/2002

Audiência Pública - Projeto de Lei nº 6.413/02, do Dep. Alberto Fraga, que “Determina que as lotéricas e agências dos Correios sejam atendidas por serviços de transporte de valores”.

Apreciação de proposições

20ª Reunião - Dia 11/12/2002

Apreciação de proposições

8.6. QUADRO DE TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO, VIOLENCIA E NARCOTRÁFICO

51ª Legislatura – 4ª Sessão Legislativa

Atualizado em: 31/01/03

Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	ENTRADA NA COMISSÃO	DESIGNAÇÃO/ RELATOR	PRAZO P/ EMENDAS	PARECER RELATOR	RESULTADO	SAÍDA DA COMISSÃO	ANDAMENTO / OBSERVAÇÃO
1.	PL 0084/99 PL 2557/00 PL 2558/00 PL 3796/00	Luiz Piauhylino	Dispõe sobre os crimes cometidos na área de informática, suas penalidades e dá outras providências.	05/09/02	30/10/02 Nelson Pellegrino		07/11/02 Parecer favorável		Encaminhado à CCP Em 19/12/02	Aprovado o parecer do Relator, em 11/12/02
2.	PL 0089/99	Alberto Fraga	Estabelece a organização dos Quadros nas Instituições Militares Estaduais e do Distrito Federal	30/07/02	07/08/02 Tadeu Filippelli	09/08/02 a 28/08/02 Não houve emendas				Parecer pela aprovação
3.	PL 0122/99 PL 0165/99 PL 0191/99 PL 1029/99 PL 1810/99 PL 3145/00 PL 5224/01 PL 6185/02 PL 7054/02	Geraldo Magela	Dispõe sobre a instituição da gratificação de risco de vida para os policiais-militares e bombeiros-militares do Distrito Federal, e dá outras providências.	14/11/02	21/11/02 Maria do Carmo Lara	25/11/02 a 29/11/02 Não houve emendas				Devolvido pela Relatora, sem manifestação
4.	PL 0705/99	Enio Bacci	Proíbe a inserção de propaganda de armas de fogo na mídia escrita e televisiva e dá outras providências.	31/07/02	07/08/02 Marcondes Gadelha	09/08/02 a 28/08/02 Não houve emendas				Devolvido pelo Relator, sem manifestação
5.	PL 1498/99	Alberto Fraga	Estabelece regras gerais para a aquisição de viaturas policiais operacionais.	30/07/02	07/08/02 Zenaldo Coutinho	09/08/02 a 28/08/02 Não houve emendas	28/11/02 Parecer favorável			Pauta 11/12/02 Parecer pela aprovação, com emenda
6.	PL 1820/99	Alberto Fraga	Dispõe sobre promoções de praças, por tempo de serviço, na Polícia Militar do Distrito Federal.	30/07/02	07/08/02 Tadeu Filippelli	09/08/02 a 28/08/02 Não houve emendas				Parecer pela aprovação com substitutivo
7.	PL 2143/99 PL 1798/99 PL 2361/00 PL 2690/00	Senado Federal	Dispõe sobre o registro genealógico de cães, a identificação especial de cães perigosos, acrescenta o art. 131-A ao Código Penal, e dá outras providências.	30/07/02	07/08/02 Cabo Júlio		19/12/02 Parecer pela aprovação, com emendas e pela rejeição dos apensados			Parecer pela aprovação, com emendas e pela rejeição dos apensados

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO, VIOLENCIA E NARCOTRÁFICO

51ª Legislatura – 4ª Sessão Legislativa

Atualizado em: 31/01/03

Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	ENTRADA NA COMISSÃO	DESIGNAÇÃO/ RELATOR	PRAZO P/ EMENDAS	PARECER RELATOR	RESULTADO	SAÍDA DA COMISSÃO	ANDAMENTO / OBSERVAÇÃO
8.	PL 2306/00	Agnelo Queiroz e Geraldo Magela	Dispõe sobre a proibição de utilização de munição real, de borracha, simulacro e acessórios, por integrantes de forças militares e policiais em manifestações.	30/07/02	07/08/02 Wanderley Martins		28/08/02 Parecer contrário	Aprovado em 20/11/02		Aprovado o Parecer pela rejeição em 20/11/02 Vista Dep. Maria do Carmo Lara em 06/11/02 Parecer contrário
9.	PL 2754/00 PL 4536/01	Alberto Fraga	Dispõe sobre o fornecimento da localização de telefones celulares aos organismos policiais, pelas empresas prestadoras de serviço telefônico.	30/07/02	07/08/02 Luiz Ribeiro	09/08/02 a 28/08/02 Não houve emendas	29/10/02 Parecer pela rejeição e pela aprovação do apensado o PL 4536/01			Pauta - 11/12/02 Parecer pela rejeição do PL 2754/00 e pela aprovação do apensado - PL 4536/01
10.	PL 2847/00 PL 3362/00 PL 3700/00 PL 5035/01 PL 5036/01 PL 5037/01 PL 6923/02	Darcísio Perondi	Altera o parágrafo único do art. 2º, os §§ 3º e 5º do art. 121, o inciso I do art. 122 e acrescenta o § 2º ao art. 123, da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente.	20/05/02	21/05/02 Wellington Dias					Devolvido pelo Relator, sem manifestação
11.	PL 3078/00 PL 6079/02	Jorge Costa	Dispõe sobre a coleta de amostras de materiais orgânicos para identificação individual pelo isolamento do DNA, sem oferecer ou violar dispositivos isertos no artigo 5º da Constituição Federal, disciplina procedimentos para a realização de testes de DNA e dá outras providências.	30/07/02	29/08/02 Ronaldo Caiado					Devolvido sem manifestação
12.	PL 3291/00	De Velasco	Dispõe sobre o registro de professores e alunos de academias de artes marciais nos órgãos de segurança pública.	29/07/02	07/08/02 Arnaldo Faria de Sá					Aguardando parecer

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO, VIOLENCIA E NARCOTRÁFICO

51ª Legislatura – 4ª Sessão Legislativa

Atualizado em: 31/01/03

Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	ENTRADA NA COMISSÃO	DESIGNAÇÃO/ RELATOR	PRAZO P/ EMENDAS	PARECER RELATOR	RESULTADO	SAÍDA DA COMISSÃO	ANDAMENTO / OBSERVAÇÃO
13.	PL 3568/00 PL 6412/02	Alberto Fraga	Reorganiza a carreira dos militares do Distrito Federal.	25/04/02	25/04/02 Cabo Júlio	29/04/02 a 06/05/02 Não houve emendas	30/10/02 Parecer pela rejeição e pela aprovação do apensado o PL 6412/02			Aguardando Deliberação Parecer pela rejeição deste e pela aprovação do apensado – PL 6412/02
14.	PL 3681/00	Alberto Fraga	Dá nova redação ao § 2º e revoga o § 3º do art. 50 da Lei nº 7.289, de 18 de dezembro de 1984, alterada pela Lei nº 7.475, de 13 de maio de 1986 - Estatuto dos Policiais Militares da Polícia do Distrito Federal.	19/11/02	21/11/02 Wanderley Martins	25/11/02 a 29/11/02 Não houve emendas				Devolvido pelo Relator, sem manifestação
15.	PL 3732/00	José Carlos Coutinho	Institui o sistema de bolsa de estudo para integrantes das carreiras policiais federais, policiais civis, policiais militares, dos corpos de bombeiros, militares e das Forças Armadas.	30/07/02	07/08/02 Moroni Torgan	09/08/02 a 28/08/02 Não houve emendas				Devolvido pelo Relator, sem manifestação
16.	PL 3791/00 PL 3914/00	José Carlos Coutinho	Estabelece a obrigatoriedade de atendimento médico ao policial e bombeiro vitimado em acidente decorrente do exercício da função pública e dá outras providências.	30/07/02	07/08/02 Luiz Ribeiro	09/08/02 a 28/08/02 Não houve emendas				Devolvido pelo Relator, sem manifestação
17.	PL 4004/01	Lincoln Portela	Proíbe a divulgação prévia de informações referentes a operações e dá outras providências.	30/07/02	07/08/02 Maria do Carmo Lara	09/08/02 a 28/08/02 Não houve emendas	16/12/02 Devolvido sem manifestação			Devolvido pela Relatora, sem manifestação

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO, VIOLENCIA E NARCOTRÁFICO

51ª Legislatura – 4ª Sessão Legislativa

Atualizado em: 31/01/03

Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	ENTRADA NA COMISSÃO	DESIGNAÇÃO/ RELATOR	PRAZO P/ EMENDAS	PARECER RELATOR	RESULTADO	SAÍDA DA COMISSÃO	ANDAMENTO / OBSERVAÇÃO
18.	PL 4452/01	José Carlos Coutinho	Dispõe sobre a obrigatoriedade da instalação de aparelhos sensores e bloqueadores de vazamento de gás utilizados nos locais que especifica.	29/07/02	07/08/02 Telma de Souza	09/08/02 a 28/08/02 Não houve emendas	04/11/02 Parecer pela aprovação deste e da emenda da CEIC, com emendas			Pauta - 11/12/02 Parecer pela aprovação deste e da emenda da CEIC, com emendas
19.	PL 4614/01	Wanderley Martins	Acrescenta dispositivos à Lei nº 7102, de 20 de junho de 1983, que dispõe sobre segurança para estabelecimentos financeiros, estabelece normas para constituição e funcionamento das empresas particulares que exploram serviços de vigilância e de transportes de valores, e dá outras providências.	30/07/02	07/08/02 Edmar Moreira	09/08/02 a 28/08/02 Não houve emendas				Aguardando parecer
20.	PL 4676/01	Miriam Reid	Altera o Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, que "reorganiza as polícias militares e os corpos de bombeiros militares dos estados, dos Territórios e do Distrito Federal, e dá outras providências", acrescentando um parágrafo único ao art. 12, disciplinando o acesso dos integrantes do Quadro de Oficiais de Administração e do Quadro de Oficiais Especialistas ao Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais.	17/01/03						Aguardando designação

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO, VIOLENCIA E NARCOTRÁFICO

51ª Legislatura – 4ª Sessão Legislativa

Atualizado em: 31/01/03

Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	ENTRADA NA COMISSÃO	DESIGNAÇÃO/ RELATOR	PRAZO P/ EMENDAS	PARECER RELATOR	RESULTADO	SAÍDA DA COMISSÃO	ANDAMENTO / OBSERVAÇÃO
21.	PL 5011/01	José Carlos Coutinho	Proíbe o transporte de presos condenados ou à disposição da Justiça em transportes coletivos.	29/07/02	07/08/02 Marcos Rolim	09/08/02 a 28/08/02 Não houve emendas 26/11/02 a 02/12/02 (subst) Não houve emendas	Parecer favorável c/ substitutivo 22/11/02		Encaminhado à CCJR em 20/12/02	Aprovado o parecer do Relator, em 11/12/02
22.	PL 5038/01 PL 5925/01 PL 6364/02	Glycon Terra Pinto	Altera o art. 37, do Decreto-Lei 3688, de 03 de outubro de 1941 - Lei das Contravenções Penais.	17/04/02	17/04/02 Múcio Sá	19/04/02 a 26/04/02 Não houve emendas	Parecer favorável ao PL 5038/01 e contrário aos apensados.	27/06/02 Of.65/02		Aprovado o Parecer favorável ao PL 5038/01 e contrário aos apensados, em 26/06/02
23.	PL 5219/01	Alberto Fraga	Redimensiona o efetivo dos Policiais-Militares da Polícia Militar do Distrito Federal e dá outras providências.	14/11/02	21/11/02 Luiz Ant ^o Fleury	25/11/02 a 29/11/02 Não houve emendas				Devolvido pelo Relator, sem manifestação
24.	PL 5237/01	Carlos Santana	Dispõe sobre o direito de greve dos policiais, vedando-se o emprego de armas durante as manifestações.	29/07/02	07/08/02 Cabo Júlio		Parecer favorável c/ substitutivo			Vista concedida ao Dep. Nelson Pellegrino em 11/12/02. Parecer pela aprovação c/ substitutivo.
25.	PL 5352/01	José Carlos Coutinho	Normatiza o artigo 243 e seu parágrafo único das Disposições Gerais da Constituição Federal.	29/07/02	07/08/02 José Roberto Batochio	09/08/02 a 28/08/02 Não houve emendas	30/09/02 Parecer favorável	Aprovado em 20/11/02		Aprovado o Parecer favorável, em 20/11/02 Vista Dep. Luiz Antonio Fleury em 06/11/02 Parecer pela aprovação

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO, VIOLENCIA E NARCOTRÁFICO

51ª Legislatura – 4ª Sessão Legislativa

Atualizado em: 31/01/03

Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	ENTRADA NA COMISSÃO	DESIGNAÇÃO/ RELATOR	PRAZO P/ EMENDAS	PARECER RELATOR	RESULTADO	SAÍDA DA COMISSÃO	ANDAMENTO / OBSERVAÇÃO
26.	PL 5366/01	Eni Voltolini	Altera a redação de dispositivos da Lei nº 9.437, de 20 de fevereiro de 1997, que "Institui o Sistema Nacional de Armas - SINARM, estabelece condições para o registro e para o porte de arma de fogo, define crimes, e dá outras providências.	14/11/02	21/11/02 José Roberto Batochio	27/11/02 a 03/12/02 Não houve emendas				Devolvido pelo Relator, sem manifestação
27.	PL 5395/01	Ricarte de Freitas	Dispõe sobre a segurança armada para a proteção de passageiros em veículos coletivos de transporte rodoviário interestadual, intermunicipal e urbano.	29/07/02	07/08/02 Edir Oliveira	09/08/02 a 28/08/02 Não houve emendas	21/11/02 Parecer contrário			Aprovado o parecer em 27/11/01 Parecer pela rejeição
28.	PL 5570/01 PL5897/01 PL5968/01	Paulo Lima	Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de detetores de metais em casas de diversões.	31/07/02	07/08/02 Múcio Sá	09/08/02 a 28/08/02 Não houve emendas				Aguardando parecer
29.	PL 5629/01	Jaques Wagner	Dispõe sobre a utilização de tecnologia GPS na prevenção de assaltos a veículos de transporte rodoviário de passageiros.	31/07/02	07/08/02 Olavo Calheiros	09/08/02 a 28/08/02 Não houve emendas	07/11/02 Parecer favorável			Vista concedida ao Dep. Edir Oliveira, em 11/12/02. Parecer pela aprovação
30.	PL 5653/01	Padre Roque	Dispõe sobre identificação de policiais e bombeiros militares em ações de preservação da ordem pública.	14/11/02	21/11/02 Nelson Pellegrino	25/11/02 a 29/11/02 Não houve emendas				Devolvido pelo Relator, sem manifestação
31.	PL 5727/01	Mário Assad Júnior	Altera a redação da Lei nº 10.201/2001, acrescentando às fontes já previstas para o FNPPS os recursos financeiros apreendidos de operações ilegais ou criminosas.	31/07/02	07/08/02 Elcione Barbalho	09/08/02 a 28/08/02 Não houve emendas	19/11/02 Parecer favorável			Pauta - 11/12/02 Parecer pela aprovação

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO, VIOLENCIA E NARCOTRÁFICO

51ª Legislatura – 4ª Sessão Legislativa

Atualizado em: 31/01/03

Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	ENTRADA NA COMISSÃO	DESIGNAÇÃO/ RELATOR	PRAZO P/ EMENDAS	PARECER RELATOR	RESULTADO	SAÍDA DA COMISSÃO	ANDAMENTO / OBSERVAÇÃO
32.	PL 5758/01	Luciano Castro	Dispõe sobre norma geral para os Corpos de Bombeiros Militares, que estabelece a obrigatoriedade de uso de redes de proteção.	31/07/02	07/08/02 Lino Rossi	09/08/02 a 28/08/02 Não houve emendas	30/10/02 Parecer favorável	Aprovado	13/11/02 Ofício 73/02	Aprovado o Parecer favorável em 06/11/02 Encaminhado à CCJR
33.	PL 5787/01	Marcos Rolim	Acrescenta um parágrafo ao art. 2º da Lei nº 6368, de 21 de outubro de 1976.	27/03/02	27/03/02 Wanderley Martins	01/04/02 a 09/04/02 Não houve emendas				Aguardando parecer
34.	PL 5824/01 PL 6545/02	Marcos Rolim	Altera o disposto no art. 16 da Lei nº 6368, de 21 de outubro de 1976, que dispõe sobre medidas de prevenção e repressão ao tráfico e uso indevido de substâncias entorpecentes ou que determinem dependência física ou psíquica.	16/04/02	17/04/02 Vicente Arruda					Devolvido pelo Relator, sem manifestação
35.	PL 6082/02	Enio Bacci	Autoriza a criação do Fundo Pró-Segurança Pública, pelos Estados e Distrito Federal e dá outras providências.	11/04/02	11/04/02 Rubens Bueno	15/04/02 a 22/04/02 1 emenda	Parecer contrário ao projeto e à emenda. Em 08/05/02	Aprovado o parecer	16/05/02	Aprovado o Parecer pela rejeição , em 16/05/02

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO, VIOLENCIA E NARCOTRÁFICO

51ª Legislatura – 4ª Sessão Legislativa

Atualizado em: 31/01/03

Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	ENTRADA NA COMISSÃO	DESIGNAÇÃO/ RELATOR	PRAZO P/ EMENDAS	PARECER RELATOR	RESULTADO	SAÍDA DA COMISSÃO	ANDAMENTO / OBSERVAÇÃO
36.	PL 6108/02	Poder Executivo	Altera a Lei nº 10.409, de 11 de janeiro de 2002, que dispõe sobre a prevenção, o tratamento, a fiscalização, o controle e a repressão à produção, ao uso e ao tráfico ilícito de produtos, substâncias ou drogas ilícitas que causem dependência física ou psíquica, assim elencados pelo Ministério da Saúde, e dá outras providências.	13/03/02	15/03/02 Vicente Arruda		Pela aprovação deste, com 8 emendas, e pela rejeição da EMP-1/2002. Apresentado parecer reformulado em 08/05/02	Aprovado	28/06/02 Of. 64/02	Aprovado o parecer favorável, em 19/06/02
37.	PL 6120/02 PL 6839/02	Jorge Tadeu Mudalen	Revoga os arts. 69 e 70, da Lei nº 7.210/84 (Lei de Execução Penal), extinguindo os Conselhos Penitenciários.	10/04/02	11/04/02 Marcondes Gadelha	15/04/02 a 22/04/02 Não houve emendas				Devolvido pelo Relator, sem manifestação
38.	PL 6164/02	Cabo Júlio	Dispõe sobre a destinação de produtos, substâncias ou drogas ilícitas apreendidas que causem dependência física ou psíquica.	19/11/02	25/11/02 Wanderley Martins	27/11/02 a 03/12/02 Não houve emendas				Aguardando parecer
39.	PL 6221/02	Wagner Salustiano	Altera o art. 1º, inciso V, da Lei nº 8.072, de 25 de Julho de 1990, que dispõe sobre os crimes hediondos.	09/04/02	11/04/02 Magno Malta					Devolvido pelo Relator, sem manifestação
40.	PL 6261/02	Aloízio Mercadante	Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, que dispõe sobre a execução penal.	16/04/02	17/04/02 Moroni Torgan					Devolvido pelo Relator, sem manifestação
41.	PL 6297/02	Pompeo de Mattos	Torna obrigatória a exibição de filme publicitário, esclarecendo as consequências do uso de drogas, antes das sessões principais em todos os cinemas do país.	17/04/02	18/04/02 Regis Cavalcante					Devolvido pelo Relator, sem manifestação

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO, VIOLENCIA E NARCOTRÁFICO

51ª Legislatura – 4ª Sessão Legislativa

Atualizado em: 31/01/03

Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	ENTRADA NA COMISSÃO	DESIGNAÇÃO/ RELATOR	PRAZO P/ EMENDAS	PARECER RELATOR	RESULTADO	SAÍDA DA COMISSÃO	ANDAMENTO / OBSERVAÇÃO
42.	PL 6316/02	Alberto Fraga	Dispõe sobre promoções de servidores militares (Polícia Militar e Corpos de Bombeiros Militar do Distrito Federal), oriundos do Antigo Distrito Federal.	14/11/02	21/11/02 Luiz Ant ^o Fleury	25/11/02 a 29/11/02 Não houve emendas				Devolvido pelo Relator, sem manifestação
43.	PL 6383/02	Laura Carneiro	Dispõe sobre os crimes contra a pessoa, contra o patrimônio, contra os costumes, e dá outras providências.	10/04/02	11/04/02 Wellington Dias					Devolvido pelo Relator, sem manifestação
44.	PL 6390/02 PL 0037/99 PL 1036/99 PL 1226/99 PL 1882/99 PL 2502/00 PL 3159/00 PL 4102/01 PL 4291/01 PL 4704/01 PL 5002/01 PL 5073/01 PL 5075/01	Senado Federal	Altera os arts. 126, 129 e 130 da Lei nº 7210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal - para permitir a remição de pena por meio do estudo.	15/04/02	18/04/02 José Roberto Batochio	19/08/02 Parecer favorável, com substitutivo.	Aprovado			Aprovado o parecer favorável, com complementação de voto, em 06/11/02
45.	PL 6410/02	Alberto Fraga	Dispõe sobre a gratificação de Representação a ser concedida aos Policiais e Bombeiros Militares do Distrito Federal	31/07/02	07/08/02 Vicente Arruda	09/08/02 a 28/08/02 Não houve emendas				Devolvido pelo Relator, sem manifestação
46.	PL 6411/02	Alberto Fraga	Estabelece a especialização de polícias militares do Distrito Federal no policiamento escolar.	15/04/02	17/04/02 Tadeu Filippelli	19/04/02 a 26/04/02 Não houve emendas	26/11/02 Parecer favorável			Pauta 11/12/02 Parecer pela aprovação

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO, VIOLENCIA E NARCOTRÁFICO

51ª Legislatura – 4ª Sessão Legislativa

Atualizado em: 31/01/03

Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	ENTRADA NA COMISSÃO	DESIGNAÇÃO/ RELATOR	PRAZO P/ EMENDAS	PARECER RELATOR	RESULTADO	SAÍDA DA COMISSÃO	ANDAMENTO / OBSERVAÇÃO
47.	PL 6413/02	Alberto Fraga	Determina que as lotéricas e agências dos Correios sejam atendidas por serviços de transportes de valores.	15/04/02	17/04/02 Elcione Barbalho	19/04/02 a 26/04/02 Não houve emendas	29/05/02 Parecer favorável			Parecer pela aprovação, com emenda em 12/12/02
48.	PL 6420/02	Alberto Fraga	Altera a Lei 5619 de 03 de novembro de 1970 (Lei de Vencimentos da Polícia Militar do Distrito Federal)	07/04/02	14/06/02 Luiz Ribeiro	18/06/02 a 26/06/02 Não houve emendas	29/10/02 Parecer favorável			Prejudicado (27/11/02) Voto em separado Dep. Cabo Júlio em 20/11/02 Vista Dep. Cabo Júlio em 06/11/02 Parecer pela aprovação
49.	PL 6421/02	Alberto Fraga	Dispõe sobre a proibição aos Municípios que mantém guarda municipal de contratarem Serviços de Segurança Privada.	15/04/02	17/04/02 Nair Xavier Lobo	19/04/02 a 26/04/02 Não houve emendas	18/12/02 Devolvido sem manifestação			Devolvido pelo Relator,sem manifestação
50.	PL 6436/02	José Carlos Coutinho	Estabelece o arresto de bens de pessoa seqüestrada, cônjuge, parentes e afins que com ela convivam, e dá outras providências	17/04/02	18/04/02 Nelson Pellegrino					Aguardando parecer
51.	PL 6450/02	Cabo Júlio	Acrescenta alínea ao § 11 do artigo 6º do Decreto-Lei nº 667 de 02 de julho de 1969, que reorganiza as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, dos Territórios e do Distrito Federal, e dá outras providências.	16/04/02	17/04/02 Lino Rossi 05/06/02 Vicente Arruda (relator substituto)	19/04/02 a 26/04/02 Não houve emendas	27/05/02 Parecer favorável	APROVADO	20/06/02 Ofício 63/02	Aprovado o Parecer favorável, em 05/06/02 (parecer favorável, com emenda – Relator substituto Vicente Arruda)

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO, VIOLENCIA E NARCOTRÁFICO

51ª Legislatura – 4ª Sessão Legislativa

Atualizado em: 31/01/03

Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	ENTRADA NA COMISSÃO	DESIGNAÇÃO/ RELATOR	PRAZO P/ EMENDAS	PARECER RELATOR	RESULTADO	SAÍDA DA COMISSÃO	ANDAMENTO / OBSERVAÇÃO
52.	PL 6508/02	José Carlos Coutinho	Institui o cadastro nacional de infrações penais e dá outras providências.	17/04/02	17/04/02 Edmar Moreira	19/04/02 a 26/04/02 Não houve emendas	27/11/02 Parecer contrário			Pauta 11/12/02 Parecer pela rejeição
53.	PL 6560/02	José Carlos Coutinho	Estabelece a obrigatoriedade do cadastramento das pessoas e estabelecimentos que fabriquem, manipulem ou comercializem as substâncias que menciona e dá outras providências.	22/11/02	28/11/02 Lino Rossi					Devolvido pelo Relator, sem manifestação
54.	PL 6570/02	Lincoln Portela	Acrescenta o art. 351-A ao Decreto-Lei nº 2848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal	06/05/02	08/05/02 Paulo José Gouvêa		11/11/02 Parecer favorável		Encaminhado à CCJR Em 19/12/02	Aprovado o parecer do Relator, em 11/12/02
55.	PL 6573/02	Gerson Peres	Altera a redação de dispositivos constantes dos artigos 75, 83, 157, 159 e 223, do Decreto-Lei nº 2848, de 17 de dezembro de 1940, que dispõe sobre o Código Penal Brasileiro.	08/05/02.	10/05/02 Zulaiê Cobra				15/05/02	Devolvido sem manifestação (devolvido à CCP)
56.	PL 6598/02	Eni Voltolini	Dispõe sobre o destino de valores e bens apreendidos em face da prática de conduta criminal	09/05/02	14/05/02 Luiz Ribeiro	17/05/02 a 24/05/02 Não houve emendas	02/07/02 Parecer favorável	Aprovado	13/11/02 Ofício 72/02	Aprovado o parecer favorável, em 06/11/02 Encaminhado à CCJR
57.	PL 6651/02	José Carlos Coutinho	Dá nova redação ao dispositivo da Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, que institui o Fundo Nacional de Segurança Pública, e dá outras providências.	07/05/02	08/05/02 Luiz Antonio Fleury	10/05/02 a 16/05/02 Não houve emendas	27/11/02 Parecer contrário			Pauta 11/12/02 Parecer pela rejeição

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO, VIOLENCIA E NARCOTRÁFICO

51ª Legislatura – 4ª Sessão Legislativa

Atualizado em: 31/01/03

Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	ENTRADA NA COMISSÃO	DESIGNAÇÃO/ RELATOR	PRAZO P/ EMENDAS	PARECER RELATOR	RESULTADO	SAÍDA DA COMISSÃO	ANDAMENTO / OBSERVAÇÃO
58.	PL 6663/02	Geraldo Magela	Introduz alínea m no inciso II do art. 61 do Código Penal Brasileiro (Decreto-lei nº 2848, de 7 de dezembro de 1940)	07/05/02	08/05/02 Maria do Carmo Lara		13/11/02 Parecer favorável c/ substitutivo			Retirado de pauta, a pedido do Dep. Marcos Rolim, em 11/12/02 Parecer pela aprovação c/ substitutivo
59.	PL 6684/02	Jairo Carneiro	Amplia o rol de profissionais que podem dirigir estabelecimento penitenciário	03/06/02	06/06/02 Rubens Bueno	10/06/02 a 18/06/02 Não houve emendas	27/08/02 Parecer favorável 12/11/02 Parecer favorável c/ complement. de voto	Aprovado em 20/11/02		Aprovado o Parecer favorável, em 20/11/02 Vista Dep. Maria do Carmo Lara em 06/11/02
60.	PL 6717/02	José Carlos Coutinho	Dispõe sobre o repasse de verbas do Governo Federal para a construção de unidades penitenciárias nos Estados e no Distrito Federal, e dá outras providências.	29/05/02	06/06/02 Edmar Moreira	10/06/02 a 18/06/02 Não houve emendas	26/11/02 Parecer favorável			Pauta 11/12/02 Parecer pela aprovação
61.	PL 6731/02	José Carlos Coutinho	Dispõe sobre a transferência de presos entre os Estados da Federação e o Distrito Federal e dá outras providências.	29/05/02	06/06/02 Moroni Torgan	10/06/02 a 18/06/02 Não houve emendas				Devolvido pelo Relator, sem manifestação
62.	PL 6945/02	José Carlos Coutinho	Estabelece o combate ao narcotráfico por meio de pesquisa de suas operações financeiras e confisco do produto do crime.	01/07/02	07/08/02 Moroni Torgan					Devolvido pelo Relator, sem manifestação
63.	PL 7014/02	Tadeu Filippelli	Dispõe sobre a profissão de Agente Comunitário de Apoio à Vizinhança	08/08/02	29/08/02 Reginaldo Germano		18/12/02 Parecer contrário			Parecer pela rejeição

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO, VIOLENCIA E NARCOTRÁFICO

51ª Legislatura – 4ª Sessão Legislativa

Atualizado em: 31/01/03

Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	ENTRADA NA COMISSÃO	DESIGNAÇÃO/ RELATOR	PRAZO P/ EMENDAS	PARECER RELATOR	RESULTADO	SAÍDA DA COMISSÃO	ANDAMENTO / OBSERVAÇÃO
64.	PL 7042/02	Bispo Wanderval	Institui o Sistema Nacional sobre Pessoas Desaparecidas, altera a Lei nº 4.898, de 9 de dezembro de 1965, e dá outras providências.	14/08/02	29/08/02 Paulo José Gouvêa		11/11/02 Parecer favorável		Encaminhado à CCJR Em 19/12/02	Aprovado o parecer do Relator, em 11/12/02
65.	PL 7143/02	Cabo Júlio	Dispõe sobre critérios para promoção ao posto de Coronel PM das Polícias Militares Estaduais e do Distrito Federal	14/10/02	30/10/02 Luiz Antonio Fleury	05/11/02 a 11/11/02 Não houve emendas	11/12/02 Parecer contrário			Parecer pela rejeição
66.	PL 7144/02	Nelo Rodolfo	Dispõe sobre as atribuições e competências comuns das Guardas Municipais do Brasil, Regulamenta e disciplina a constituição, atuação e manutenção das Guardas Civis Municipais como órgãos de segurança pública em todo o Território Nacional e dá outras providências.	29/10/2002	30/10/02 Cabo Júlio	05/11/02 a 11/11/02 Não houve emendas	19/12/02 Parecer contrário			Parecer pela rejeição
67.	PL 7298/02	Cabo Júlio	Dispõe sobre a proibição de regalias no Sistema Penitenciário Brasileiro.	02/12/02						Aguardando designação
68.	PL 7301/02	Cabo Júlio	Dispõe sobre a criação de cadastro de estabelecimentos que comercializam autopeças usadas, recondicionadas ou remanufaturadas.	20/11/02	25/11/02 Rubens Bueno	27/11/02 a 03/12/02 Não houve emendas				Devolvido pelo Relator, sem manifestação
69.	PL 7302/02	Cabo Júlio	Dispõe sobre Seguro obrigatório das viaturas policiais.	20/11/02	25/11/02 Rubens Bueno	27/11/02 a 03/12/02 Não houve emendas				Devolvido pelo Relator, sem manifestação

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO, VIOLENCIA E NARCOTRÁFICO

51ª Legislatura – 4ª Sessão Legislativa

Atualizado em: 31/01/03

Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	ENTRADA NA COMISSÃO	DESIGNAÇÃO/ RELATOR	PRAZO P/ EMENDAS	PARECER RELATOR	RESULTADO	SAÍDA DA COMISSÃO	ANDAMENTO / OBSERVAÇÃO
70.	PL 7304/02	Cabo Júlio	Dispõe sobre a obrigatoriedade de fornecimento de colete à prova de balas aos policiais militares e civis dos Estados e do DF.	02/12/02	04/12/02 Edir Oliveira	09/12/02 a 13/12/02 Não houve emendas				Devolvido pelo Relator, sem manifestação
71.	PL 7305/02	Cabo Júlio	Determina a realização de exames no preso ingressante e fixa outras providências.	02/12/02						Aguardando designação
72.	PL 7306/02	Cabo Júlio	Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de blindagem nas viaturas das Polícias Civil e Militar dos Estados e do Distrito Federal e dá outras providências.	20/11/02	25/11/02 Rubens Bueno	27/11/02 a 03/12/02 Não houve emendas				Devolvido pelo Relator, sem manifestação
73.	PL 7307/02	Cabo Júlio	Dispõe sobre o monitoramento e identificação de visitantes a sentenciados e presos provisórios, nas unidades prisionais e cadeias públicas.	20/11/02	25/11/02 Rubens Bueno	27/11/02 a 03/12/02 Não houve emendas				Devolvido pelo Relator, sem manifestação
74.	PL 7310/02	Cabo Júlio	Dispõe sobre a obrigatoriedade da realização de testes toxicológicos quando da admissão nas corporações policiais.	04/12/02						Aguardando designação
75.	PL 7311/02	Cabo Júlio	Dispõe sobre a obrigatoriedade de presença de detectores de metal e aparelhos de raio-x em todos os estabelecimentos penitenciários do País, e delegacias de polícia.	25/11/02	Lino Rossi 28/11/02	02/12/02 a 09/12/02 Não houve emendas				Devolvido pelo Relator, sem manifestação
76.	PL 7329/02	José Carlos Coutinho	Modifica dispositivo da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984.	03/12/02						Aguardando designação

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO, VIOLENCIA E NARCOTRÁFICO

51ª Legislatura – 4ª Sessão Legislativa

Atualizado em: 31/01/03

Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	ENTRADA NA COMISSÃO	DESIGNAÇÃO/ RELATOR	PRAZO P/ EMENDAS	PARECER RELATOR	RESULTADO	SAÍDA DA COMISSÃO	ANDAMENTO / OBSERVAÇÃO
77.	PL 7436/02	Oscar Andrade	Dê-se ao artigo 1º, "caput", da Lei nº 10.446, de 08 de maio de 2002, a seguinte redação:	06/01/03						Aguardando designação
78.	PL 7437/02	Oscar Andrade	Acrescente um inciso VI e um § 2º ao artigo 2º da Lei nº 9.034, de 03 de maio de 1995	06/01/03						Aguardando designação
79.	PL 7481/02	José Carlos Coutinho	Proporciona as polícias que menciona a aquisição de armamentos de indústrias nacionais ou do exterior	21/01/03						Aguardando designação
80.	PLP 281/02	José Carlos Martinez	Altera o artigo 16 da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, dispondo sobre as atribuições subsidiárias das Forças Armadas.	04/04/02	11/04/02 Edir Oliveira		Parecer contrário 10/12/02			Vista concedida ao Dep. Arnaldo Faria de Sá, em 11/12/02 Parecer pela rejeição
81.	PL 0037/99	Paulo Rocha	Altera o art. 126 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal, permitindo a remição pelo estudo.	18/04/02						Apensado ao PL 6390/02
82.	PL 0165/99	Alberto Fraga	Estabelece condições para o exercício da atividade de Segurança Pública instituindo o risco de vida, o seguro de vida e de acidentes para os policiais federais, policiais civis e militares do Distrito Federal e os bombeiros militares do Distrito Federal	14/11/02						Apensado ao PL 122/99
83.	PL 0191/99	Alberto Fraga	Estabelece condições para o exercício da atividade de Segurança Pública do Distrito Federal e da União.	14/11/02						Apensado ao PL 122/99

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO, VIOLENCIA E NARCOTRÁFICO

51ª Legislatura – 4ª Sessão Legislativa

Atualizado em: 31/01/03

Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	ENTRADA NA COMISSÃO	DESIGNAÇÃO/ RELATOR	PRAZO P/ EMENDAS	PARECER RELATOR	RESULTADO	SAÍDA DA COMISSÃO	ANDAMENTO / OBSERVAÇÃO
84.	PL 1029/99	Marcos de Jesus	Dispõe sobre a criação da gratificação de risco de vida, a instituição de Sistema de Bolsa de Estudos e de seguro de vida e acidentes para os policiais civis e militares e para os bombeiros militares, e dá outras providências.	14/11/02						Apensado ao PL 122/99
85.	PL 1036/99	Léo Alcântara	Altera o disposto nos arts. 126, 127 e 129 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para nela incluir o estudo como forma de remição de parte do tempo de execução da pena.	18/04/02						Apensado ao PL 6390/02
86.	PL 1226/99	Luiz Antonio Fleury	Modifica a Lei 7.210 de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Criminal, institui e regulamenta o trabalho do preso e dá outras providências.	17/05/02						Apensado ao PL 6390/02
87.	PL 1798/99	Virgílio Guimarães	Dispõe sobre o tratamento legal de cães perigosos.	30/07/02						Apensado ao PL 2143/99
88.	PL 1810/99	Cabo Júlio	Cria gratificação de risco de vida a ser percebida por policiais militares e bombeiros militares.	14/11/02						Apensado ao PL 122/99
89.	PL 1882/99	Rubens Bueno	Altera artigos da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal - para permitir a remição também pelo estudo.	18/04/02						Apensado ao PL 6390/02
90.	PL 2361/00	José Carlos Coutinho	Veda a criação, reprodução, importação e comércio e determina a castração de cães da raça Pit Bull e Rotweiller já existente no território nacional.	30/07/02						Apensado ao PL 1798/99 e 2143/99

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO, VIOLENCIA E NARCOTRÁFICO

51ª Legislatura – 4ª Sessão Legislativa

Atualizado em: 31/01/03

Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	ENTRADA NA COMISSÃO	DESIGNAÇÃO/ RELATOR	PRAZO P/ EMENDAS	PARECER RELATOR	RESULTADO	SAÍDA DA COMISSÃO	ANDAMENTO / OBSERVAÇÃO
91.	PL 2502/00	Cornélio Ribeiro	Acrescenta § 4º ao art. 126 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal.	18/04/02						Apensado ao PL 6390/02
92.	PL 2557/00	Alberto Fraga	Acrescenta o art. 325-A ao Decreto -lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969, Código Penal Militar, crime de violação de banco de dados eletrônico, e dá outras providências.	05/09/02						Apensado ao PL 84/99
93.	PL 2558/02	Alberto Fraga	Acrescenta o art. 151-A ao Decreto-lei nº 2848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal, crime de violação de banco de dados eletrônico, e dá outras providências.	05/09/02						Apensado ao PL 84/99
94.	PL 2690/00	Pompeo de Mattos	Dispõe sobre a identificação, condução e guarda de cães e dá outras providências.	30/07/02						Apensado ao PL 2143/99
95.	PL 3145/00	José Carlos Coutinho	Cria gratificação de risco de vida para os integrantes das profissões de policiais federais, civis, militares e dos corpos de bombeiros e dá outras providências.	14/11/02						Apensado ao PL 122/99
96.	PL 3159/00	Valdeci Oliveira	Altera o dispositivo da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, que "institui a lei de execução penal".	18/04/02						Apensado ao PL 6390/02
97.	PL 3362/00	Eunício Oliveira	Acrescenta parágrafo único ao art. 16 e altera a redação dos §§ 2º, 3º e 5º do art. 121 e o inciso I do art. 122 do Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.	20/05/02						Apensado ao PL 2847/00
98.	PL 3700/00	Ronaldo Vasconcellos	Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 que estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente.	20/05/02						Apensado ao PL 2847/00
99.	PL 3796/00	Luciano Castro	Acrescenta capítulo ao Decreto-lei nº 2848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, tipificando condutas na área de informática.	05/09/02						Apensado ao PL 84/99

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO, VIOLENCIA E NARCOTRÁFICO

51ª Legislatura – 4ª Sessão Legislativa

Atualizado em: 31/01/03

Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	ENTRADA NA COMISSÃO	DESIGNAÇÃO/ RELATOR	PRAZO P/ EMENDAS	PARECER RELATOR	RESULTADO	SAÍDA DA COMISSÃO	ANDAMENTO / OBSERVAÇÃO
100.	PL 3914/00	Alberto Fraga	Dispõe sobre a garantia de tratamento a servidores e militares acidentados em serviço e dá outras providências.	30/07/02						Apensado ao PL 3791/00
101.	PL 4102/01	José Aleksandro	Dispõe sobre a remissão de pena.	18/04/02						Apensado ao PL 6390/02
102.	PL 4291/01	Nilton Capixaba	Modifica o art. 126 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984.	18/04/02						Apensado ao PL 6390/02
103.	PL 4536/01	Ronaldo Vasconcellos	Obriga as operadoras de serviços de telefonia móvel a registrar a localização geográfica dos terminais de usuário.	30/07/02						Apensado ao PL 2754/00
104.	PL 4704/01	Marcos Rolim	Acrescenta o artigo 130-A à Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, que institui a Lei de Execução Penal, e dá outras providências.	18/04/02						Apensado ao PL 6390/02
105.	PL 5002/01	Iara Bernardi	Altera o art. 126 da Lei 7210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal, para permitir a remição da pena pelo estudo.	18/04/02						Apensado ao PL 6390/02
106.	PL 5035/01	Enio Bacci	Altera o § 3º, do art. 121 do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA	20/05/02						Apensado ao PL 2847/00
107.	PL 5036/01	Enio Bacci	Altera o § 5º do art. 121 do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA	20/05/02						Apensado ao PL 2847/00
108.	PL 5037/01	Enio Bacci	Acrescenta o § 7º, do art. 121 do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA	20/05/02						Apensado ao PL 2847/00

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO, VIOLENCIA E NARCOTRÁFICO

51ª Legislatura – 4ª Sessão Legislativa

Atualizado em: 31/01/03

Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	ENTRADA NA COMISSÃO	DESIGNAÇÃO/ RELATOR	PRAZO P/ EMENDAS	PARECER RELATOR	RESULTADO	SAÍDA DA COMISSÃO	ANDAMENTO / OBSERVAÇÃO
109.	PL 5073/01	Poder Executivo	Altera dispositivos da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, que Institui a Lei de Execução Penal, e do Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal.	18/04/02						Apensado ao PL 6390/02
110.	PL 5075/01	Poder Executivo	Altera dispositivos da Lei 7210, de 11 de julho de 1984, que institui a Lei de Execução Penal.	18/04/02						Apensado ao PL 6390/02
111.	PL 5224/01	Nair Xavier Lobo	Institui gratificação de risco de vida para policiais e bombeiros.	14/11/02						Apensado ao PL 122/99
112.	PL 5897/01	Elcione Barbalho	Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de detetores de metais nas estradas de casas de diversões.	31/07/02						Apensado ao PL 5570/01
113.	PL 5925/01	Marçal Filho	Acrescenta inciso ao parágrafo único, do art. 37, do Decreto-Lei nº 3688, de 3 de outubro de 1941 - Lei das Contravenções Penais	17/04/02						Apensado ao PL 5038/01
114.	PL 5968/01	André Benassi	Dispõe sobre a segurança do público em casas de espetáculos e similares.	31/07/02						Apensado ao PL 5570/01
115.	PL 6079/02	Feu Rosa	Acrescenta dispositivo à Lei nº 7116, de 29 de agosto de 1983, que "assegura validade nacional às Carteiras de Identidade, regula sua expedição e dá outras providências.	30/07/02						Apensado ao PL 3078/00
116.	PL 6185/02	Nair Xavier Lobo	Institui o seguro de vida como direito inerente ao exercício de função policial	14/11/02						Apensado ao PL 122/99
117.	PL 6364/02	Neuton Lima	Proíbe o uso de cerol nas linhas das pipas.	17/04/02					27/06/02	Apensado ao PL 5038/01

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO, VIOLENCIA E NARCOTRÁFICO

51ª Legislatura – 4ª Sessão Legislativa

Atualizado em: 31/01/03

Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	ENTRADA NA COMISSÃO	DESIGNAÇÃO/ RELATOR	PRAZO P/ EMENDAS	PARECER RELATOR	RESULTADO	SAÍDA DA COMISSÃO	ANDAMENTO / OBSERVAÇÃO
118.	PL 6412/02	Alberto Fraga	Reorganiza a carreira dos militares do Distrito Federal.	25/04/02						Apensado ao PL 3568/00
119.	PL 6545/02	Magno Malta	Altera a redação do art. 16 da Lei nº 6.368, de 21 de outubro de 1976, que dispõe sobre medidas de prevenção e repressão ao tráfico ilícito e uso indevido de substâncias entorpecentes ou que determinem dependência física ou psíquica e dá outras providências.	22/04/02						Apensado ao PL 5824/01
120.	PL 6839/02	Comissão Especial de Combate à Violência	Revoga os arts. 69 e 70, da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), extinguindo os Conselhos Penitenciários.	05/06/02						Apensado ao PL 6120/02
121.	PL 7054/02	Pinheiro Landim	Assegura aos Policiais Federais, Policiais Civis e Policiais Militares o direito a seguro de vida.	14/11/02						Apensado ao PL 122/99
122.	PL 6923/02	Pompeo de Mattos	Altera o parágrafo 1º, do art. 122, da Lei Federal nº 8069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências.	29/06/02						Apensado ao PL 2847/00

8.7. CONTROLE DE REQUERIMENTOS

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO, VIOLENCIA E NARCOTRÁFICO

Controle de Requerimentos

Atualizado em: 31/01/03

Nº	Autor	Ementa	Tipo	Apresentação	Resultado
1	Laura Carneiro	Solicita informações ao Poder Judiciário e ao Ministério Público sobre o andamento processual dos procedimentos legais decorrentes do Relatório Final da CPI do Narcotráfico	I	13/03/02	Aprovado em 20/03/02
2	Wellington Dias	Requer a instalação de Subcomissão na Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, Violência e Narcotráfico, voltada para apreciação de proposições e experiências voltadas para ações preventivas de segurança pública	SC	14/03/02	Aprovado, com alterações, em 20/03/02 (grupo de trabalho ou subcomissão)
3	Wellington Dias	Requer seja convidado o Senhor Ministro de Estado da Defesa para informar a esta Casa sobre a possível presença de integrantes das FARCS na fronteira do Brasil e Colômbia	AP	14/03/02	Retirado pelo autor

Tipo de Reunião:

I - Informação

SC - Subcomissão ou grupo de trabalho

AP - Audiência Pública

CE - Comissão Externa

DE - Diligência Externa

D - Assuntos Diversos

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO, VIOLENCIA E NARCOTRÁFICO

Controle de Requerimentos

Atualizado em: 31/01/03

Nº	Autor	Ementa	Tipo	Apresentação	Resultado
4	Nair Xavier Lobo	Requer a criação da subcomissão Permanente de Combate a Violência Doméstica.	SC	21/03/02	Aprovado, com alterações em 03/04/02 (grupo de trabalho ou subcomissão)
5	Ronaldo Vasconcellos	Requer a realização de Audiência Pública para se debater o Estatuto da Criança e do Adolescente, quando, oportunamente, serão analisados os projetos atinentes à questão que tramitam na Casa . Convidados: <ul style="list-style-type: none">• Clóvis Roberto B. de Queiroz - Jornalista• Cláudio Augusto Vieira da Silva - Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA• Dr. Alyrio Cavallieri - Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro• Cel. Severo Augusto da Silva Neto - Chefe do Estado Maior da Polícia Militar de Minas Gerais• Dr. Tarcísio José Martins Costa - Juiz da Vara da Infância e da Juventude de Belo Horizonte - MG• Jussara de Goiás - Coordenadora do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua• Paulo Sérgio Pinheiro - Presidente da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos• Pedro Alberto da Silva Alvarenga - Secretário Nacional de Segurança Pública• Dr. Guaraci de Campos Vianna - Juiz da 2ª Vara da Infância e da Juventude da Comarca da Capital do Rio de Janeiro.	AP	01/04/02	Aprovado em 03/04/02
6	Wanderley Martins	Requerimento à Comissão de Segurança Pública solicitando que a mesma acione a Receita Federal para investigação	I	24/04/02	Aprovado em 24/04/02
7	Wanderley Martins	Requer a Comissão que solicite investigação do TCU na Prefeitura Municipal de São Gonçalo RJ.	I	24/04/02	Aprovado em 24/04/02

Tipo de Reunião:

I - Informação

SC - Subcomissão ou grupo de trabalho

AP - Audiência Pública

CE - Comissão Externa

DE - Diligência Externa

D - Assuntos Diversos

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO, VIOLENCIA E NARCOTRÁFICO

Controle de Requerimentos

Atualizado em: 31/01/03

Nº	Autor	Ementa	Tipo	Apresentação	Resultado
8	Wanderley Martins	Requerimento de moção de apoio a CPI municipal de São Gonçalo RJ.	D	24/04/02	Aprovado em 24/04/02
9	Wanderley Martins	Requer junto a Comissão de Segurança Pública instalação de comissão externa.	CE	24/04/02	Aprovado em 24/04/02
10	Wanderley Martins	Requer a Comissão solicitação de investigação do INSS	I	24/04/02	Aprovado em 24/04/02
11	Wanderley Martins	Requer a Comissão instituição de diligência externa a fim de investigar denúncias de corrupção no Poder público de São Gonçalo, mediante matéria veiculada na imprensa.	DE	24/04/02	Aprovado em 24/04/02
12	Cabo Júlio	Requer realização de audiência pública com a presença do Comandante-Geral da Polícia Militar e o Secretário de Segurança Pública de Minas Gerais.	AP	24/04/02	Aprovado em 24/04/02
13	Laura Carneiro	Requer a criação de Grupo de Trabalho visando apresentar sugestões de alterações ao Estatuto da Criança e do Adolescente.	GT	24/04/02	Aprovado em 24/04/02
14	Ronaldo Vasconcellos	Requer que seja convidado o Ministro da Justiça para expor e debater, em Audiência Pública, os planos de Governo para segurança pública.	AP	25/04/02	Aprovado em 08/05/02
15	Ronaldo Vasconcellos	Requer a realização de Audiências Públicas com a presença dos Srs. pré-candidatos à Presidência da República, a fim de discutirem propostas para a área de Segurança Pública.	AP	09/05/02	Aprovado em 15/05/02
16	José Roberto Batochio	Solicita seja convidado o Sr. Joaquim Adão César, Delegado de Polícia de Boston - Massachusetts - EUA, para reunião de Audiência Pública.	AP	15/05/02	Aprovado em 15/05/02
17	Nelson Pellegrino	Solicita realização de audiência pública conjunta com a Comissão de Direitos Humanos, para discutir a situação relativa a denúncias de atos arbitrários, ilegais e antidemocráticos praticados pelo Comando do 12º Batalhão de Polícia Militar do Estado da Bahia.	AP	15/05/02	Aprovado em 12/06/02

Tipo de Reunião:

I - Informação

SC - Subcomissão ou grupo de trabalho

AP - Audiência Pública

CE - Comissão Externa

DE - Diligência Externa

D - Assuntos Diversos

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO, VIOLENCIA E NARCOTRÁFICO

Controle de Requerimentos

Atualizado em: 31/01/03

Nº	Autor	Ementa	Tipo	Apresentação	Resultado
18	Wellington Dias	Solicita elaboração de Projeto de Resolução alterando o nome da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, Violência e Narcotráfico	D	16/05/02	Aprovado em 05/06/02
19	Telma de Souza	Requer seja convidado o Sr. Márcio Pochmann, Secretário Municipal de Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade do Município de São Paulo, para falar a respeito do estudo "Pobreza e Violência no Município de São Paulo".	AP	05/06/02	Aprovado em 12/06/02
20	Ronaldo Vasconcellos	Solicita apreciação do Anteprojeto de Lei de alteração do Estatuto da Criança e do Adolescente	D	11/06/02	Aprovado em 12/06/02
21	Vicente Arruda	Requer seja retirado de pauta o PL 6413/02 para realização de audiência pública, em que deverão ser ouvidos representantes dos Correios, da Caixa Econômica Federal, do Banco Central, da Fenal - Dederação Nacional dos Empresários Lotéricos e da Febralot - Federação Brasileira dos Empresários Lotéricos.	AP	27/06/02	Aprovado em 13/11/02
22	Moroni Torgan	Requer a criação de Grupo de Trabalho visando à elaboração de um Programa de Combate ao Crime Organizado.	SC	06/11/02	Aprovado em 06/11/02
23	Luiz Ribeiro	Solicito sejam convidados o Presidente da ANATEL, representantes das empresas de Telefonia Móvel Celular e dos Serviços de Emergências dos Centros de Operação das Polícias Militar, Civil e Corpo de Bombeiro - para prestar esclarecimentos sobre o fornecimento da localização de telefones celulares aos organismos policiais pelas empresas prestadoras de serviço telefônico.	AP	11/12/03	

Tipo de Reunião:

I - Informação

SC - Subcomissão ou grupo de trabalho

AP - Audiência Pública

CE - Comissão Externa

DE - Diligência Externa

D - Assuntos Diversos

8.8. QUADRO DE RELATORIA (CLASSIFICADO POR DEPUTADO)

**COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE
AO CRIME ORGANIZADO, VIOLENCIA E
NARCOTRÁFICO**
51ª LEGISLATURA - 4ª SESSÃO LEGISLATIVA

RELATORIA DE PROPOSIÇÕES

31/01/03

Deputado	Proposição	Ementa	Situação
Arnaldo Faria de Sá	PL 3291/00	Dispõe sobre o registro de professores e alunos de academias de artes marciais nos órgãos de segurança pública.	Aguardando parecer
Cabo Júlio	PL 2143/99 <u>PL 1798/99</u> <u>PL 2361/00</u> <u>PL 2690/00</u>	Dispõe sobre o registro genealógico de cães, a identificação especial de cães perigosos, acrescenta o art. 131-A ao Código Penal, e dá outras providências.	Parecer pela aprovação do PL, com emendas e pela rejeição dos apensados
	PL 3568/00 <u>PL 6412/02</u>	Reorganiza a carreira dos militares do Distrito Federal." (Apensado: PL 6412/2002)	Parecer pela rejeição do PL e pela aprovação do apensado PL 6412/02
	PL 5237/01	Dispõe sobre o direito de greve dos policiais, vedando-se o emprego de armas durante as manifestações.	Parecer pela aprovação, com substitutivo
	PL 7144/02	Dispõe sobre as atribuições e competências comuns das Guardas Municipais do Brasil, Regulamenta e disciplina a constituição, atuação e manutenção das Guardas Civis Municipais como órgãos de segurança pública em todo o Território Nacional e dá outras providências.	Parecer pela rejeição
Edir Oliveira	PL 5395-A/01	Dispõe sobre a segurança armada para a proteção de passageiros em veículos coletivos de transporte rodoviário interestadual, intermunicipal e urbano.	Aprovado o parecer peja rejeição, em 27/11/02
	PLP 281/02	Altera o artigo 16 da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, dispondo sobre as atribuições subsidiárias das Forças Armadas.	Parecer pela rejeição
	PL 7304/02	Dispõe sobre a obrigatoriedade de fornecimento de colete à prova de balas aos policiais militares e civis dos Estados e do DF.	Devolvido pelo Relator, sem manifestação
Edmar Moreira	PL 4614-A/01	Acrescenta dispositivos à Lei nº 7102, de 20 de junho de 1983, que dispõe sobre segurança para estabelecimentos financeiros, estabelece normas para constituição e funcionamento das empresas particulares que exploram serviços de vigilância e de transportes de valores, e dá outras providências.	Aguardando parecer

**COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE
AO CRIME ORGANIZADO, VIOLÊNCIA E
NARCOTRÁFICO**
51ª LEGISLATURA - 4ª SESSÃO LEGISLATIVA

RELATORIA DE PROPOSIÇÕES

31/01/03

Deputado	Proposição	Ementa	Situação
Edmar Moreira	PL 6508/02	Institui o cadastro nacional de infrações penais e dá outras providências.	Parecer pela rejeição
	PL 6717/02	Dispõe sobre o repasse de verbas do Governo Federal para a construção de unidades penitenciárias nos Estados e no Distrito Federal, e dá outras providências.	Parecer pela aprovação
Elcione Barbalho	PL 5727/01	Altera a redação da Lei nº 10.201/2001, acrescentando às fontes já previstas para o FNPS os recursos financeiros apreendidos de operações ilegais ou criminosas.	Parecer favorável
	PL 6413/02	Determina que as lotéricas e agências dos Correios sejam atendidas por serviços de transportes de valores.	Parecer favorável
José Roberto Batochio	PL 5352/01	Normatiza o artigo 243 e seu parágrafo único das Disposições Gerais da Constituição Federal.	Aprovado o parecer favorável em 20/11/02
	PL 5366/01	Altera a redação de dispositivos da Lei nº 9.437, de 20 de fevereiro de 1997, que "Institui o Sistema Nacional de Armas -SINARM, estabelece condições para o registro e para o porte de arma de fogo, define crimes, e dá outras providências.	Devolvido pelo Relator, sem manifestação
	<u>PL 6390/02</u> <u>PL 0037/99</u> <u>PL 1036/99</u> <u>PL 1226/99</u> <u>PL 1882/99</u> <u>PL 2502/00</u> <u>PL 3159/00</u> <u>PL 4102/01</u> <u>PL 4291/01</u> <u>PL 4704/01</u> <u>PL 5002/01</u> <u>PL 5073/01</u> <u>PL 5075/01</u>	Altera os arts. 126, 129 e 130 da Lei nº 7210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal - para permitir a remição de pena por meio do estudo	Aprovado Parecer com complementação de voto em 06/11/02
Lino Rossi	PL 5758/01	Dispõe sobre norma geral para os Corpos de Bombeiros Militares, que estabelece a obrigatoriedade de uso de redes de proteção.	Aprovado o parecer favorável em 06/11/02

**COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE
AO CRIME ORGANIZADO, VIOLÊNCIA E
NARCOTRÁFICO**
51ª LEGISLATURA - 4ª SESSÃO LEGISLATIVA

RELATORIA DE PROPOSIÇÕES

31/01/03

Deputado	Proposição	Ementa	Situação
Lino Rossi	PL 6450/02	Acrescenta alínea ao § 11 do artigo 6º do Decreto-Lei nº 667 de 02 de julho de 1969, que reorganiza as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, dos Territórios e do Distrito Federal, e dá outras providências.	Aprovado o parecer favorável em 05/06/02
	PL 6560/02	Estabelece a obrigatoriedade do cadastramento das pessoas e estabelecimentos que fabriquem, manipulem ou comercializem as substâncias que menciona e dá outras providências.	Devolvido pelo Relator, sem manifestação
	PL 7311/02	Dispõe sobre a obrigatoriedade de presença de detectores de metal e aparelhos de raio-x em todos os estabelecimentos penitenciários do País, e delegacias de polícia.	Devolvido pelo Relator, sem manifestação
Luiz Antonio Fleury	PL 5219/01	Redimensiona o efetivo dos Policiais-Militares da Polícia Militar do Distrito Federal e dá outras providências.	Devolvido pelo Relator, sem manifestação
	PL 6316/02	Dispõe sobre promoções de servidores militares (Polícia Militar e Corpos de Bombeiros Militar do Distrito Federal), oriundos do Antigo Distrito Federal	Devolvido pelo Relator, sem manifestação
	PL 6651/02	Dá nova redação ao dispositivo da Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, que institui o Fundo Nacional de Segurança Pública, e dá outras providências.	Parecer pela rejeição
	PL 7143/02	Dispõe sobre critérios para promoção ao posto de Coronel PM das Polícias Militares Estaduais e do Distrito Federal	Parecer pela rejeição
Luiz Ribeiro	PL 2754/00	Dispõe sobre o fornecimento da localização de telefones celulares aos organismos policiais, pelas empresas prestadoras de serviço telefônico.	Parecer pela rejeição do PL e pela aprovação do apensado PL 4536/01
	PL 3791/00 <u>PL 3914/00</u>	Estabelece a obrigatoriedade de atendimento médico ao policial e bombeiro vitimado em acidente decorrente do exercício da função pública e dá outras providências.	Devolvido pelo Relator, sem manifestação
	PL 6420/02	Altera a Lei 5619 de 03 de novembro de 1970 (Lei de Vencimentos da Polícia Militar do Distrito Federal)	Prejudicado Parecer favorável

**COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE
AO CRIME ORGANIZADO, VIOLÊNCIA E
NARCOTRÁFICO**
51ª LEGISLATURA - 4ª SESSÃO LEGISLATIVA

RELATORIA DE PROPOSIÇÕES

31/01/03

Deputado	Proposição	Ementa	Situação
Luiz Ribeiro	PL 6598/02	Dispõe sobre o destino de valores e bens apreendidos em face da prática de conduta criminal	Aprovado o parecer favorável em 06/11/02
Magno Malta	PL 6221/02	Altera o art. 1º, inciso V, da Lei nº 8.072, de 25 de Julho de 1990, que dispõe sobre os crimes hediondos.	Devolvido pelo Relator, sem manifestação
Marcondes Gadelha	PL 705-A/99	Proíbe a inserção de propaganda de armas de fogo na mídia escrita e televisiva e dá outras providências.	Devolvido pelo Relator, sem manifestação
	PL 6120/02 <u>PL 6839/02</u>	Revoga os arts. 69 e 70, da Lei nº 7.210/84 (Lei de Execução Penal), extinguindo os Conselhos Penitenciários.	Devolvido pelo Relator, sem manifestação
Marcos Rolim	PL 5011-A/01	Proíbe o transporte de presos condenados ou à disposição da Justiça em transportes coletivos.	Parecer favorável, com substitutivo
Maria do Carmo Lara	PL 122/99	Dispõe sobre a instituição da gratificação de risco de vida para os policiais-militares e bombeiros-militares do Distrito Federal, e dá outras providências.	Devolvido pelo Relator, sem manifestação
	PL 4004/01	Proíbe a divulgação prévia de informações referentes a operações e dá outras providências.	Devolvido pelo Relator, sem manifestação
	PL 6663/02	Introduz alínea m no inciso II do art. 61 do Código Penal Brasileiro (Decreto-lei nº 2848, de 7 de dezembro de 1940)	Parecer favorável, com substitutivo
Moroni Torgan	PL 3732-A/00	Institui o sistema de bolsa de estudo para integrantes das carreiras policiais federais, policiais civis, policiais militares, dos corpos de bombeiros, militares e das Forças Armadas.	Devolvido pelo Relator, sem manifestação
	PL 6261/02	Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, que dispõe sobre a execução penal.	Devolvido pelo Relator, sem manifestação
	PL 6731/02	Dispõe sobre a transferência de presos entre os Estados da Federação e o Distrito Federal e dá outras providências.	Devolvido pelo Relator, sem manifestação

**COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE
AO CRIME ORGANIZADO, VIOLENCIA E
NARCOTRÁFICO**
51ª LEGISLATURA - 4ª SESSÃO LEGISLATIVA

RELATORIA DE PROPOSIÇÕES

31/01/03

Deputado	Proposição	Ementa	Situação
Moroni Torgan	PL 6945/02	Estabelece o combate ao narcotráfico por meio de pesquisa de suas operações financeiras e confisco do produto do crime.	Devolvido pelo Relator, sem manifestação
Múcio Sá	PL 5038/01 <u>PL 5925/01</u> <u>PL 6364/02</u>	Altera o art. 37, do Decreto-Lei 3688, de 03 de outubro de 1941 - Lei das Contravenções Penais.	Aprovado parecer favorável ao PL 5038/01 e contrário aos apensados, em 26/06/02
	PL 5570/01 <u>PL 5897/01</u> <u>PL 5968/01</u>	Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de detetores de metais em casas de diversões.	Aguardando parecer
Nair Xavier Lobo	PL 6421/02	Dispõe sobre a proibição aos Municípios que mantém guarda municipal de contratarem Serviços de Segurança Privada.	Devolvido pelo Relator, sem manifestação
Nelson Pellegrino	PL 84/99 <u>PL 2557/00</u> <u>PL 2558/00</u> <u>PL 3796/00</u>	Dispõe sobre os crimes cometidos na área de informática, suas penalidades e dá outras providências.	Aprovado o parecer favorável Parecer favorável a este e aos apensados
	PL 5653/01	Dispõe sobre identificação de policiais e bombeiros militares em ações de preservação da ordem pública.	Devolvido pelo Relator, sem manifestação
	PL 6436/02	Estabelece o arresto de bens de pessoa seqüestrada, cônjuge, parentes e afins que com ela convivam, e dá outras providências	Aguardando parecer
Olavo Calheiros	PL 5629/01	Dispõe sobre a utilização de tecnologia GPS na prevenção de assaltos a veículos de transporte rodoviário de passageiros.	Parecer favorável
Paulo José Gouvêa	PL 6570/02	Acrescenta o art. 351-A ao Decreto-Lei nº 2848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal	Parecer favorável
	PL 7042/02	Institui o Sistema Nacional sobre Pessoas Desaparecidas, altera a Lei nº 4.898, de 9 de dezembro de 1965, e dá outras providências.	Parecer favorável
Reginaldo Germano	PL 7014/02	Dispõe sobre a profissão de Agente Comunitário de Apoio à Vizinhança	Parecer pela rejeição
Regis Cavalcante	PL 6297/02	Torna obrigatória a exibição de filme publicitário, esclarecendo as consequências do uso de drogas, antes das sessões principais em todos os cinemas do país.	Devolvido pelo Relator, sem manifestação

**COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE
AO CRIME ORGANIZADO, VIOLENCIA E
NARCOTRÁFICO**
51ª LEGISLATURA - 4ª SESSÃO LEGISLATIVA

RELATORIA DE PROPOSIÇÕES

31/01/03

Deputado	Proposição	Ementa	Situação
Rubens Bueno	PL 3078/00 <u>PL 6079/02</u>	Dispõe sobre a coleta de amostras de materiais orgânicos para identificação individual pelo isolamento do DNA, sem ofender ou violar dispositivos insertos no artigo 5º da Constituição Federal, disciplina procedimentos para a realização de testes de DNA e dá outras providências.	Devolvido pelo Relator, sem manifestação
	PL 6082/02	Autoriza a criação do Fundo Pró-Segurança Pública, pelos Estados e Distrito Federal e dá outras providências.	Aprovado o parecer contrário ao PL e à emenda apresentada, em 15/08/02
	PL 6684/02	Amplia o rol de profissionais que podem dirigir estabelecimento penitenciário	Aprovado o parecer favorável em 20/11/02
	PL 7301/02	Dispõe sobre a criação de cadastro de estabelecimentos que comercializam autopeças usadas, recondicionadas ou remanufaturadas.	Devolvido pelo Relator, sem manifestação
	PL 7302/02	Dispõe sobre Seguro obrigatório das viaturas policiais.	Devolvido pelo Relator, sem manifestação
	PL 7306/02	Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de blindagem nas viaturas das Polícias Civil e Militar dos Estados e do Distrito Federal e dá outras providências.	Devolvido pelo Relator, sem manifestação
	PL 7307/02	Dispõe sobre o monitoramento e indentificação de visitantes a sentenciados e presos provisórios, nas unidades prisionais e cadeias públicas.	Devolvido pelo Relator, sem manifestação
Tadeu Filippelli	PL 89-A/99	Estabelece a organização dos Quadros nas Instituições Militares Estaduais e do Distrito Federal	Parecer pela aprovação
	PL 1820/99	Dispõe sobre promoções de praças, por tempo de serviço, na Polícia Militar do Distrito Federal.	Parecer pela aprovação, com substitutivo
	PL 6411/02	Estabelece a especialização de polícias militares do Distrito Federal no policiamento escolar	Parecer pela aprovação
Telma de Souza	PL 4452-A/01	Dispõe sobre a obrigatoriedade da instalação de aparelhos sensores e bloqueadores de vazamento de gás utilizados nos locais que especifica.	Parecer favorável a este e a emenda da CEIC, com emendas

**COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE
AO CRIME ORGANIZADO, VIOLENCIA E
NARCOTRÁFICO**
51ª LEGISLATURA - 4ª SESSÃO LEGISLATIVA

RELATORIA DE PROPOSIÇÕES

31/01/03

Deputado	Proposição	Ementa	Situação
Vicente Arruda	PL 5824/01 <u>PL 6545/02</u>	Altera o disposto no art. 16 da Lei nº 6368, de 21 de outubro de 1976, que dispõe sobre medidas de prevenção e repressão ao tráfico e uso indevido de substâncias entorpecentes ou que determinem dependência física ou psíquica.	Devolvido pelo Relator, sem manifestação
	PL 6108/02	Altera a Lei nº 10.409, de 11 de janeiro de 2002, que dispõe sobre a prevenção, o tratamento, a fiscalização, o controle e a repressão à produção, ao uso e ao tráfico ilícito de produtos, substâncias ou drogas ilícitas que causem dependência física ou psíquica, assim elencados pelo Ministério da Saúde, e dá outras providências.	Aprovado o parecer favorável, com emendas, em 19/06/02
	PL 6410/02	Dispõe sobre a gratificação de Representação a ser concedida aos Policiais e Bombeiros Militares do Distrito Federal	Devolvido pelo Relator, sem manifestação
Wanderley Martins	PL 2306/00	Dispõe sobre a proibição de utilização de munição real, de borracha, simulacro e acessórios, por integrantes de forças militares e policiais em manifestações.	Aprovado o parecer contrário em 20/11/02
	PL 3681/00	Dá nova redação ao § 2º e revoga o § 3º do art. 50 da Lei nº 7.289, de 18 de dezembro de 1984, alterada pela Lei nº 7.475, de 13 de maio de 1986 - Estatuto dos Policiais Militares da Polícia do Distrito Federal.	Devolvido pelo Relator, sem manifestação
	PL 5787/01	Acrescenta um parágrafo ao art. 2º da Lei nº 6368, de 21 de outubro de 1976.	Aguardando parecer
	PL 6164/02	Dispõe sobre a destinação de produtos, substâncias ou drogas ilícitas apreendidas que causem dependência física ou psíquica.	Devolvido pelo Relator, sem manifestação
	PL 2847/00 <u>PL 3362/00</u> <u>PL 3700/00</u> <u>PL 5035/01</u> <u>PL 5036/01</u> <u>PL 5037/01</u>	Altera o parágrafo único do art. 2º, os §§ 3º e 5º do art. 121, o inciso I do art. 122 e acrescenta o § 2º ao art. 123, da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente.	Devolvido pelo Relator, sem manifestação

**COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE
AO CRIME ORGANIZADO, VIOLENCIA E
NARCOTRÁFICO**
51ª LEGISLATURA - 4ª SESSÃO LEGISLATIVA

RELATORIA DE PROPOSIÇÕES

31/01/03

Deputado	Proposição	Ementa	Situação
Wellington Dias	PL 6383/02	Dispõe sobre os crimes contra a pessoa, contra o patrimônio, contra os costumes, e dá outras providências.	Devolvido pelo Relator, sem manifestação
Zenaldo Coutinho	PL 1498/99	Estabelece regras gerais para a aquisição de viaturas policiais operacionais.	Parecer pela aprovação, com emenda.
Zulaiê Cobra	PL 6573/02	Altera a redação de dispositivos constantes dos artigos 75, 83, 157, 159 e 223, do Decreto-Lei nº 2848, de 17 de dezembro de 1940, que dispõe sobre o Código Penal Brasileiro.	Devolvido para ser apensado ao PL 6776/02

8.9. EQUIPE TÉCNICA

Secretário de Comissão Permanente

Marcos Figueira de Almeida

1º Substituto de Secretário de Comissão

Kátia da Consolação dos Santos Viana

2º Substituto de Secretário de Comissão

Iram de Jesus Alves Viégas

Assistente de Comissão

Alexandre Augusto Castro Varella

Encarregado do Setor de Tramitação de Proposições

Rita Rocha Fukuhara de Carvalho

Encarregado do Setor de Controle e Execução

Lin Israel Costa dos Santos

Secretaria da Presidência

Rosana Aparecida Coutinho Bernardes

Adjunto de Secretário de Comissão

Kátia Maria Paiva Gomes

Assessor de Imprensa da Presidência

Renato Cruz Silva

8.10. CONTATOS

Página da Câmara dos Deputados

<http://www.camara.gov.br>

e-mail da Comissão

cspcvn.decom@camara.gov.br

Endereço

Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala 166-C
CEP 70.160-900

Telefones

0xx61 318-8615
0xx61 318-8616

Fax

0xx61 318-2179